ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO – DATRI

PARECER DATRI / SEFAZ Nº 018/2001

ASSUNTO: Requer concessão de crédito fiscal proveniente do consumo elétrica.

O contribuinte, acima qualificado, por seu sócio majoritário, o Sr. (...), vem, com base na Lei Complementar n.º 87/96, requerer autorização para apropriar-se do crédito fiscal no valor de R\$ (...), referente ao ICMS recolhido em conta de energia elétrica no período de novembro/1996 a maio/2000, cujo aproveitamento não se efetuou em tempo hábil.

O processo foi encaminhado à Divisão de Fiscalização e distribuído ao AFTE MANOEL RAIMUNDO DA COSTA VALE, que após as diligências cabíveis se pronunciou favorável ao pleito com base no artigo 32, inciso II, da Lei n.º 4.257/89 e Lei Complementar n.º 87/96.

O direito ao crédito de ICMS nas contas de energia elétrica foi autorizado a partir do advento da Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996.

O artigo 20 deste diploma legal, assegura amplo direito ao crédito do imposto anteriormente cobrado em operações ou prestações de serviços de transportes e comunicação, inclusive o decorrente de aquisição de mercadorias destinada ao uso, consumo ou ao ativo permanente do sujeito passivo.

O direito ao crédito de ICMS nas contas de energia elétrica está autorizado na Lei Complementar n.º 87/96, encontrando respaldo no inciso II do artigo 33, que estabelece o seguinte:

“Art. 33 - -----

II – a energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento dará direito de crédito fiscal a partir da data de entrada desta Lei Complementar em vigor;

Em nossa legislação estadual, Lei nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989, a matéria sob análise está tratada no artigo 32, inciso II, da seguinte forma:

“Art. 32 – Constitui crédito fiscal do contribuinte, para cada período de apuração, o valor do imposto anteriormente cobrado:

II – pelo uso ou consumo de energia elétrica no estabelecimento, a partir de 1º de novembro de 1996;”(grifos nossos)

As restrições à apropriação do crédito fiscal estão estabelecidas no artigo 33, inciso II da Lei n.º 4.257/89. Relativamente ao consumo de energia elétrica, considerada mercadoria, para efeito de ICMS, somente será vedado o uso do crédito fiscal se a entrada da mercadoria for alheia à atividade do estabelecimento. Artigo 33 – I “in verbis”:

“Art. 33 – **É vedada a apropriação, a título de crédito fiscal, em relação a:**

I – entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas ou que refiram a **mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;**”(grifou-se)

Por oportuno, vale chamar atenção para as recomendações contidas no artigo 76, inciso IV, parágrafo 7º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7.560, de 13 de abril de 1989.

“Art. 76 – Observadas as normas previstas neste Regulamento, permitir-se-á, também, o aproveitamento do crédito do imposto nas hipóteses de:

IV – o imposto não lançado tempestivamente, desde que o aproveitamento de crédito seja autorizado pelo Secretário da Fazenda;

§ 7º - Na hipótese do inciso IV deste artigo, **caso a apropriação do crédito, em tempo hábil, tenha ocorrido por inércia do contribuinte, o aproveitamento do crédito, se deferido, será pelo valor original.**”(grifos nossos)

A Procuradoria da Fazenda Estadual informou a inexistência de débito junto à Dívida Ativa do Estado.

Diante do exposto, entendemos ser legítima a pretensão do contribuinte de creditar-se integralmente do ICMS destacado nas Notas Fiscais de energia elétrica no período compreendido entre maio/99 a novembro/2000 em face do que opinamos pela apropriação, **sob a forma de crédito fiscal, do valor original de R\$ (...)**, na forma do que dispõe o art. 76, inciso IV, parágrafo 7º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7.560/89, ficando o requerente autorizado a lançar este crédito no Livro de Registro de Apuração de ICMS, no campo 7 “Outros Créditos”, mediante Autorização para Utilização de Crédito ou Restituição de Quantias Indevidamente Recolhidas ao Erário Estadual, do Sr. Secretário de Fazenda.

É o parecer. À apreciação superior.

ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO - DATRI, em Teresina, 02 de fevereiro de 2001.

THELMA DO NASCIMENTO LIMA FURTADO
Assessor/DATRI

De acordo com o parecer.

Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Fazenda, para despacho final.

SÉRGIO CARLOS RIO LIMA
Diretor/DATRI

Aprovo o parecer.
Cientifique-se ao interessado.
Em: ____/____/____.

PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA
Secretário da Fazenda

Recebi o original.
Em: ____/____/____

Titular / Responsável Legal.